



BOLETIM INFORMATIVO REGIONAL DE VILHENA 2025

Vigilância Socioassistencial
Porto Velho - 2025



**Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do
Desenvolvimento Social - SEAS/RO**

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador do Estado de Rondônia

LUANA NUNES DE OLIVEIRA SANTOS

Secretária de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social

BRUNO VINICIUS FONTINELLE BENITEZ AFONSO

Diretor Técnico de Políticas Públicas

FABIANE APARECIDA PASSARINI

Coordenadora Estadual de Assistência Social

NÁLEI DE CARVALHO SOBRINHO

Gerente da Gestão do SUAS

Equipe da GSUAS

Amon-Rá Antunes Bandeira de Melo

Bruno Puccinelli

Denir Mattara de Souza

Dulcianni de Fátima Monteiro Barros Ignácio

Gisele Akemi Kimura Iguchi

Greicielle Kassila Alves de Alencar

Equipe de elaboração

Amon-Rá Antunes Bandeira de Melo - Redação

Denir Mattara de Souza - Tabulação de dados

Greicielle Kassila Alves de Alencar - Gráficos e Editoração

Sumário

1. Introdução.....	4
2. Proteção Social Básica (PSB).....	7
2.1 Estrutura Física.....	7
2.2. Recursos Humanos.....	10
2.3 Serviços.....	11
2.3.1 Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).....	11
2.3.2 Serviço de Proteção Social Básica à Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.....	13
2.3.3 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).....	15
3. Proteção Social Especial (PSE) de Média Complexidade.....	17
3.1 Estrutura Física.....	18
3.2 Recursos Humanos.....	19
3.3 Serviços.....	21
3.3.1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAEFI).....	21
3.3.2. Serviço de Proteção social a Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).....	23
3.3.3. Serviço de Proteção Social Especial a Pessoas com Deficiência e Idosas (PSE/PCDIF).....	25
3.3.4. Serviço Especializado em Abordagem Social.....	27
3.3.5. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.....	28
4. Proteção Social Especial (PSE) de Alta Complexidade.....	29
4.1 Estrutura Física.....	30
4.2 Recursos Humanos.....	31
4.3 Serviços de Acolhimento Institucional.....	33
4.3.1. Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes.....	34
4.3.2. Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos;.....	35
4.3.3. Serviço de Acolhimento à Mulher Vítima de Violência;.....	35
4.3.4. Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias;.....	36
5. Considerações finais.....	37

1. Introdução

O presente boletim informativo apresenta análise regionalizada com base nos resultados do monitoramento realizado no ano de 2024 pela equipe técnica da Vigilância Socioassistencial do Estado de Rondônia. Diante da análise geral dessa equipe, observou-se a necessidade de uma devolutiva regionalizada, para qualificar a intervenção dos agentes públicos e fortalecer as gestões municipais, promovendo maior aderência entre as necessidades da população e a oferta de serviços socioassistenciais. Portanto, a análise territorial da rede socioassistencial exposta neste boletim revela-se fundamental para orientar o planejamento, a gestão e a execução de serviços, conforme previsto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução nº 109/2009).

Tal iniciativa insere-se no esforço de aprimoramento contínuo do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tendo em vista a centralidade de suas três funções — Proteção Social, Defesa de Direitos e Vigilância Socioassistencial — conforme estabelecido na Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS). Essas funções, interdependentes e complementares, materializam a efetividade da política pública na medida em que atuam de forma articulada para assegurar a prevenção, proteção e promoção de direitos.

O monitoramento realizado contemplou a avaliação dos equipamentos socioassistenciais do estado de Rondônia, com foco nos eixos de recursos humanos, estrutura física e serviços socioassistenciais tipificados. A metodologia adotada baseou-se em visitas *in loco*, reuniões técnicas e aplicação de formulários com perguntas abertas e fechadas direcionadas a coordenadores e técnicos de referência. O processo foi conduzido de forma dialógica, por meio de rodas de conversa que possibilitaram a escuta qualificada sobre as práticas desenvolvidas em cada equipamento.

As análises foram realizadas em conformidade com a Resolução nº 14/2023/SEAS-CEASRO, que estabelece indicadores para a classificação da qualidade da oferta em cinco categorias: Irregular, Insuficiente, Suficiente, Regular e Superior. Dessa forma, os resultados sistematizados neste relatório buscam oferecer subsídios técnicos para a reflexão crítica e a proposição de estratégias de fortalecimento da gestão e da rede socioassistencial municipal, de modo a contribuir para a consolidação da assistência social como política pública setorial de proteção social no Estado de Rondônia.

O estado de Rondônia é dividido em 10 regiões de planejamento da SEAS, na qual a região analisada neste boletim é a Regional de Vilhena, que compreende os municípios de Vilhena, Chupinguaia, Pimenteiras do Oeste, Cabixi, Cerejeiras, Corumbiara e Colorado do Oeste.

Em um levantamento demográfico realizado com base no último censo do IBGE (2022) e no CECAD (2022), pode-se averiguar que das 151.735 pessoas da regional 62.287 estavam inscritas no CadÚnico, o que corresponde a 41% da população geral, conforme demonstrado no gráfico:

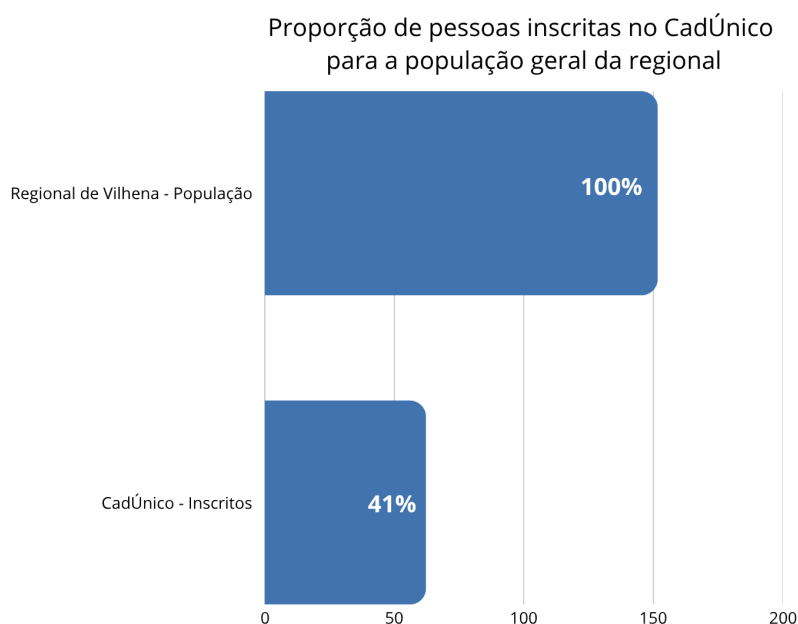


Gráfico 1

Fonte: Censo IBGE (2022) e CECAD (2022)

Atualmente, conforme apontado no CECAD (2025), cerca de 17.771 pessoas se encontram em situação de pobreza (ou seja, a renda per capita da família é até R\$ 218,00 reais), 22.289 pessoas estão em situação de baixa renda (acima de R\$ 218,00 até meio salário mínimo) e 29.255 recebem acima de meio salário mínimo. Diante desses apontamentos, é razoável afirmar que cerca de 40.060 pessoas inscritas encontram-se em vulnerabilidade socioeconômica.

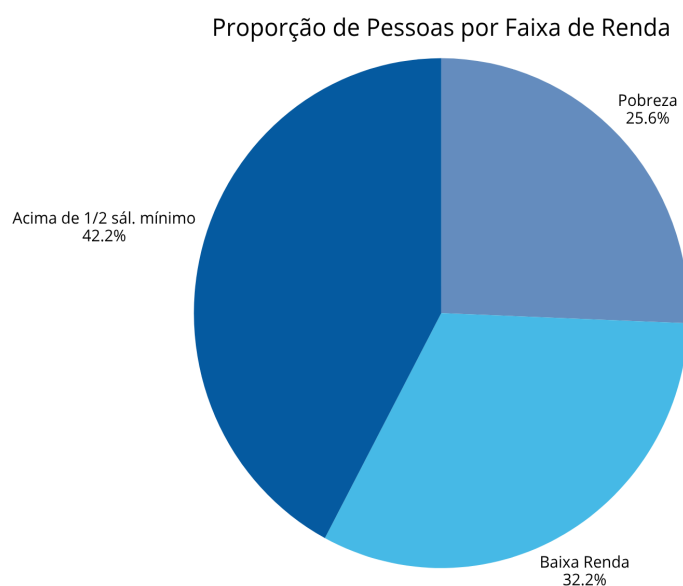


Gráfico 2
Fonte: CECAD (2025)

Direcionando o olhar para a capacidade de cobertura dessa regional, os 7 municípios atualmente possuem:

- 6 CRAS de pequeno porte I, capaz de referenciar até 2.500 famílias;
- 1 CRAS de médio porte capaz de referenciar até 5.000 famílias;

Esses dados trazem a constatação de que a regional de Vilhena é capaz de atender a demanda potencial de cerca de 20.000 famílias com os equipamentos CRAS que ela possui. Ao analisarmos a quantidade de famílias cadastradas no Cadúnico no ano de 2025, obtivemos os dados de que 29.260 famílias estão cadastradas nesta regional e que, desse quantitativo, 14.068 famílias se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Diante do exposto acima, pode-se concluir que a cobertura dos equipamentos socioassistenciais dessa regional está adequada para a quantidade de famílias em situação de pobreza e baixa renda. No entanto, não deve-se perder de vista a busca ativa nas regiões, para que assim seja possível alcançar mais famílias/pessoas em situação de vulnerabilidade.

Além disso, é necessário se atentar que a capacidade real da oferta deve-se levar em consideração as complexidades territoriais e processos sociohistóricos específicos da região. Como os grupos tradicionais presentes nesta regional, uma vez que eles historicamente se encontram em situação de vulnerabilidade social. Segundo a Relação das Terras Indígenas de Rondônia, realizada pela Procuradoria da República em Rondônia, os estados dessa regional contemplam as T.I Aripuanã, a T.I Rio Omerê, a T.I Tanaru e a T.I Tubarão. Ademais, também existe a agricultura familiar e territórios com grande extensão rural.

No meio urbano, a vulnerabilidade manifesta-se por meio da concentração populacional em áreas periféricas, carência de infraestrutura básica e desigualdades de acesso aos serviços públicos, enquanto nas zonas rurais persistem o isolamento geográfico, a precariedade das vias de transporte e as limitações no acesso a políticas estruturantes para o desenvolvimento socioeconômico.

Essa combinação de vulnerabilidades urbanas e rurais, somada à vastidão territorial e à diversidade étnica e sociocultural, exige um olhar sensível e estratégias diferenciadas de atuação do Sistema Único de Assistência Social, pautadas na territorialização, na intersetorialidade e na valorização das especificidades locais.

Considerando esse contexto, a seguir são apresentados os dados do monitoramento da rede socioassistencial, com destaque para a oferta de serviços

da Proteção Social Básica e Especial, bem como as condições estruturais e de recursos humanos das unidades. Essa análise busca oferecer uma visão integrada sobre a capacidade de resposta do município às demandas sociais do território, evidenciando avanços, desafios e oportunidades para o aprimoramento da gestão e da execução dos serviços.

2. Proteção Social Básica (PSB)

A proteção social básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) encontra no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) sua principal porta de entrada. O CRAS é a unidade pública estatal responsável pela organização e coordenação da rede socioassistencial de proteção básica em cada território, assumindo papel estratégico no fortalecimento do SUAS como um todo. Seu adequado funcionamento é condição essencial para que as ações da política alcancem efetividade, garantindo a prevenção de riscos sociais, a promoção do acesso a direitos e a preservação da convivência familiar e comunitária. O espaço configurado como “porta de entrada” para a Assistência Social precisa estar de acordo com os parâmetros estabelecidos no Caderno de Orientação do CRAS, para que desse modo os serviços da rede socioassistencial sejam ofertados da maneira mais adequada e dentro do estabelecido pela NOB-SUAS.

2.1 Estrutura Física

A análise do presente eixo tem como objetivo compreender a capacidade e a conformidade da estrutura física e material do equipamento com as orientações técnicas com vista à oferta qualificada dos CRAS e dos Centros de Convivências. Na Regional de Vilhena o monitoramento evidenciou que os CRAS monitorados foram classificados: 28,6% regulares, 14,3% suficientes e 57,1% insuficientes.

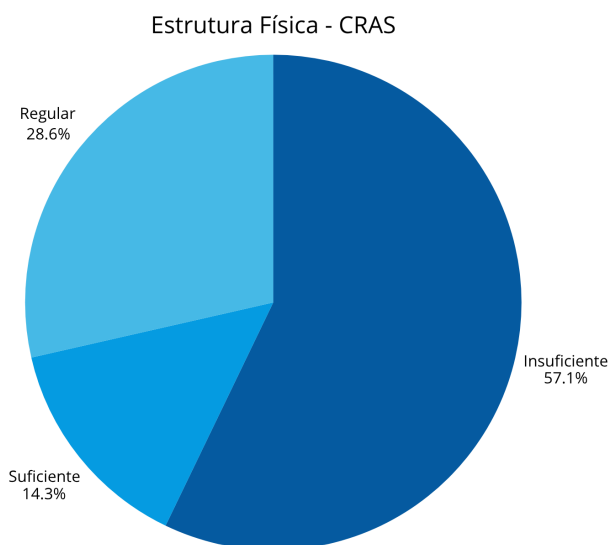


Gráfico 2

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Os dados apontam que cerca de 42,9% dos CRAS apresentam estrutura adequada para a oferta dos serviços propostos, contudo, ainda é necessário realizar algumas melhorias para que padrões mais elevados (como a classificação superior) sejam alcançados e assim o equipamento possa se tornar referência. Quanto a classificação de “insuficiente”, que acomete cerca de 57,1% dos CRAS dessa regional, demonstra a fragilidade na qual se encontram muitos equipamentos em sua estrutura física e também na escassez de materiais. Alguns dos fatores para essa classificação que foram levantados na última visita são:

- O horário de funcionamento não condiz com as normas técnicas (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, 2014; Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, 2009), que estabelecem que o CRAS deve funcionar 05 dias por semana, 08 horas por dia.
- Capacidade mínima de banheiros não atendida. É necessário possuir no mínimo 02 banheiros de uso público, 01 masculino e 01 feminino.
- A falta de um espaço acessível, com ausência de rampas, banheiros adaptados, sinalização tátil e adequações arquitetônicas básicas, tem limitado bastante o acesso à estrutura física à usuários portadores de deficiência e mobilidade reduzida.
- A ausência de 01 sala para atendimento de pequenos grupos (entre 10 pessoas) e 01 sala para grupos maiores (30 ou mais pessoas), de forma que as oficinas, palestras e grupos do PAIF possam ser realizados no equipamento referenciado pelas famílias acompanhadas;
- Veículo próprio do CRAS utilizado para outros fins, o que levanta o questionamento sobre a frequência e realização dos atendimentos a domicílio.
- Ausência de um mapa de identificação da Rede SUAS e de outros equipamentos públicos de interesse;
- Déficit na disponibilização de materiais de divulgação;
- Utilização fragilizada das planilhas na recepção na coleta e organização dos dados de fluxo de acesso e entrada ao CRAS e à Rede SUAS. Necessário a adoção de sistema/instrumental eficaz para a organização do atendimento na recepção.
- Espaço para atendimentos em grupo e salas insatisfatórias ou ausentes.

Dando prosseguimento à análise, nos Centros de Convivência a situação é a de 33,3% dos Centros em estado regular, 44,4% suficientes e 22,2% insuficientes, como mostra o gráfico abaixo.

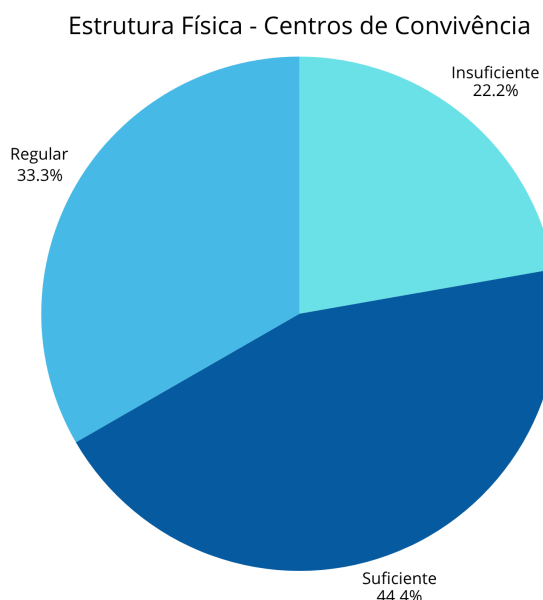


Gráfico 3

Fonte: Vigilância Socioassistencial

De forma geral percebe-se que cerca de 77% dos Centros de Convivência dessa regional se encontram com a estrutura física capazes de atender adequadamente às famílias por meio do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos e cerca de 22% encontram-se em situação insuficiente.

2.2. Recursos Humanos

Os municípios monitorados apresentam diferentes níveis de conformidade com a NOB-RH/SUAS. Nota-se que, enquanto alguns equipamentos encontram-se em plena adequação, outros operam com equipes incompletas, ausência de orientadores sociais ou acúmulo de funções, o que impacta diretamente a capacidade de execução dos serviços. O eixo dos recursos humanos foram monitorados tendo como base as normativas técnicas e as orientações técnicas setoriais. Neste eixo o monitoramento evidenciou a seguinte classificação em relação aos recursos humanos como: 33,3% insuficiente, 33,3% regular e 33,3% superior.

Abaixo a representação gráfica dos indicadores da regional:

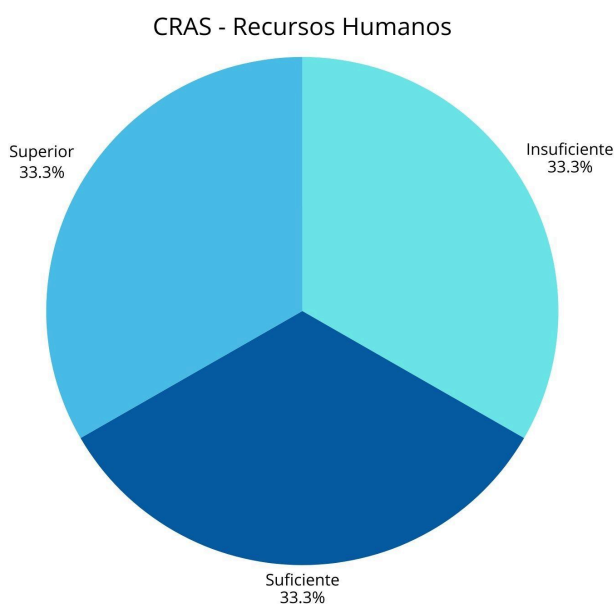


Gráfico 4

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

Pontos Fortes:

- Há municípios com conformidade plena às normativas, demonstrando estabilidade na gestão de pessoas e organização do processo de trabalho.
- Em algumas unidades, as equipes apresentam composição adequada ao serviço, permitindo execução regular das atividades e manutenção da rotina.
- Em determinados contextos, mesmo com limitações, a presença de profissionais como coordenadores e equipe técnica garante a continuidade mínima dos atendimentos.

Pontos Fracos:

- Diversos CRAS operam sem orientadores sociais, reduzindo a capacidade de desenvolver ações coletivas, visitas e acompanhamento adequado.
- Em alguns municípios, há acúmulo de funções e ausência de técnicos de nível superior específicos para o PAIF e SCFV, gerando sobrecarga e prejudicando a qualidade da execução.
- Em vários equipamentos, a articulação entre técnico de referência e Centro de Convivência está fragilizada ou ausente, comprometendo o planejamento e execução do SCFV.

2.3 Serviços

2.3.1 Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) constitui a principal oferta da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sendo executado obrigatoriamente nos CRAS. Seu objetivo é fortalecer a função protetiva das famílias, prevenindo a ruptura de vínculos e promovendo o acesso a direitos socioassistenciais e às demais políticas públicas. O PAIF atua de forma territorializada, priorizando o acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, articulando ações individuais e coletivas que visam à melhoria da qualidade de vida e à superação das desigualdades.

Na Regional de Vilhena, os dados de monitoramento apontam que os serviços foram classificados como: 14,3% como suficiente, 14,3% regular e 71,4% superior.

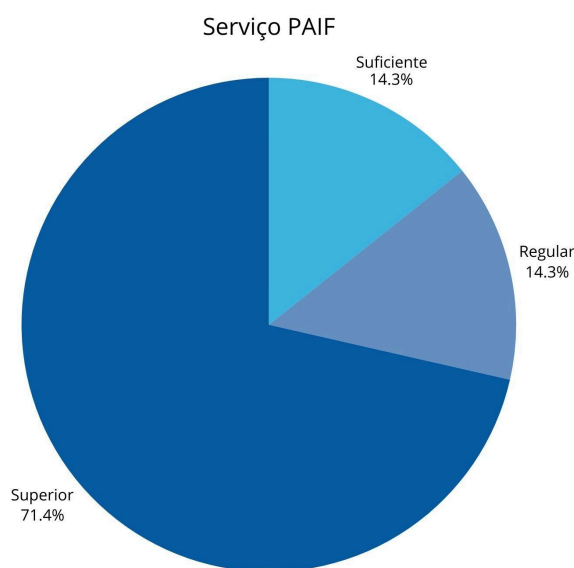


Gráfico 5

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

Pontos Fortes:

- Existência de grupos e/ou atendimentos individuais em alguns municípios, com ações ampliadas para além da rotina, como lazer e saúde.

- Equipes que relatam execução do PAIF conforme orientações técnicas, com organização dos atendimentos e cobertura regular.
- Em determinados contextos, há integração com outras políticas públicas, o que contribui para a ampliação da rede de proteção às famílias.

Pontos Fracos:

- Ausência de grupos, oficinas e campanhas em municípios, reduzindo a dimensão preventiva e protetiva do PAIF.
- Não utilização ou uso parcial do Prontuário SUAS Físico ou Eletrônico, prejudicando o registro, o acompanhamento e a análise das famílias.
- Equipes sobrecarregadas, com número reduzido de profissionais e acúmulo de responsabilidades que inviabilizam ações coletivas.
- Enfoque excessivo em campanhas e ações da saúde, que acaba desconfigurando o escopo do PAIF, especialmente em municípios em que a Assistência Social perde centralidade operacional.
- Problemas estruturais, como salas inutilizadas, ambientes inadequados e presença de riscos, dificultam a oferta de atendimentos privados e ações coletivas.

O monitoramento identificou grande heterogeneidade na execução do PAIF. Enquanto alguns municípios relatam execução conforme as normativas, outros enfrentam dificuldades estruturais, sobrecarga das equipes e ausência de processos essenciais como grupos, PAF, campanhas socioassistenciais e registro adequado em prontuários. A forte presença de ações articuladas com a saúde, embora relevante, tem desviado o foco das atribuições próprias da Assistência Social em alguns territórios. Também foi observado o uso parcial dos instrumentais técnicos, além de inadequações no uso do Prontuário SUAS, tanto físico quanto eletrônico.

2.3.2 Serviço de Proteção Social Básica à Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas

O Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas (PSB/DPcDI) tem como objetivo principal prevenir situações de risco e isolamento social, promovendo a autonomia, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e o acesso a direitos. O serviço visa assegurar que pessoas com deficiência e idosas em situação de vulnerabilidade social recebam acompanhamento continuado, voltado à melhoria da qualidade de vida e à inclusão

social, por meio de visitas domiciliares, articulação com a rede socioassistencial e intersetorial e desenvolvimento de ações de convivência e cuidado no território.

Na Regional de Vilhena, o serviço encontra-se fragilizado, com o monitoramento evidenciando que o serviço está classificado como: 85,7% irregular e 14,3% insuficiente. Em nenhum dos municípios da regional conseguiram atingir padrões mínimos de qualidade, conforme expressado através da imagem abaixo:

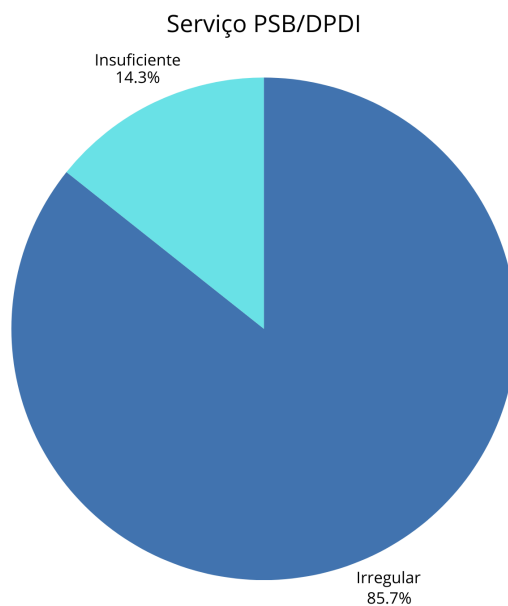


Gráfico 6

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

Pontos Fortes:

- Equipes de referência atendem demandas emergenciais, garantindo alguma resposta institucional mesmo sem equipe própria do serviço.
- Há conhecimento por parte das equipes sobre a necessidade potencial de atendimento, demonstrando sensibilidade à temática.

Pontos Fracos:

- Não execução regular do serviço, o que inviabiliza sua consolidação como oferta da Proteção Social Básica.
- Ausência de diagnóstico territorial que subsidie planejamento e dimensionamento da demanda.
- Inexistência de equipe específica para atendimento domiciliar, comprometendo o caráter continuado do serviço.
- Ausência de planejamento específico para sua execução, sem equipe designada ou previsão no plano de ação municipal.

Em conclusão, a análise revela que o PSB/DPcDI na Regional de Vilhena ainda não está consolidado enquanto oferta efetiva da rede socioassistencial. A inexistência de equipe e planejamento específicos, somada ao desconhecimento técnico sobre suas finalidades, impede que o serviço cumpra sua função estratégica de promoção da inclusão e da proteção social de pessoas idosas e com deficiência. O fortalecimento do serviço requer sua institucionalização no planejamento municipal, investimento em formação continuada e integração com as demais políticas públicas, de modo a garantir que esse público tenha acesso regular, qualificado e humanizado à proteção social básica.

2.3.3 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) integra a Proteção Social Básica do SUAS e tem como objetivo complementar o trabalho social com famílias, prevenindo situações de risco social e fortalecendo vínculos familiares e comunitários. O serviço é ofertado de forma grupal, organizada por faixas etárias, e busca promover o desenvolvimento de potencialidades, a convivência intergeracional e o acesso a experiências culturais, esportivas e artísticas, contribuindo para o protagonismo e a autonomia dos usuários.

Na Regional de Vilhena, o monitoramento apontou que o serviço encontra-se: 12,5% insuficiente, 12,5% como suficiente, 12,5% como regular e 62,5% superior.

Abaixo a representação gráfica dos indicadores da regional:

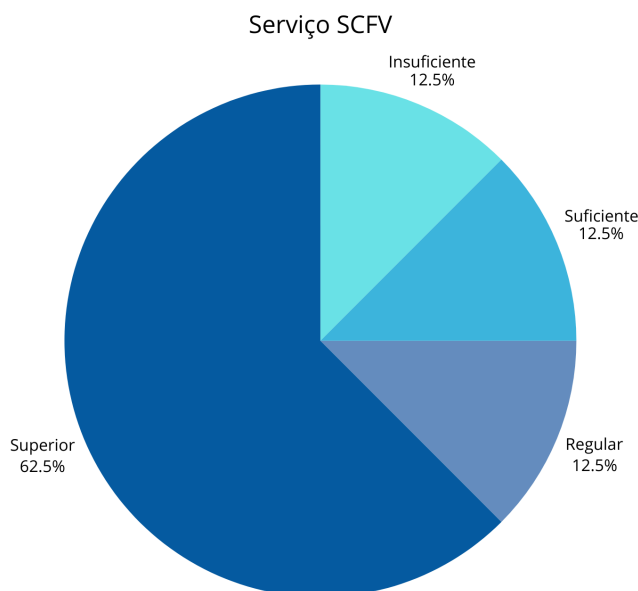


Gráfico 7

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

Pontos Fortes

- Municípios com grupos ativos e organização de atividades em conformidade com as normativas, incluindo ações com crianças, adolescentes e, em alguns casos, adultos.
- Visitas periódicas da técnica de referência do CRAS ao Centro de Convivência em alguns locais, garantindo planejamento conjunto e participação na execução.
- Ações diversificadas, como atividades esportivas, lazer e saúde, ampliando o repertório de proteção social.
- Conhecimento do território, das vulnerabilidades e das violações mais recorrentes em alguns municípios, fortalecendo o planejamento das ações.
- Observação dos eixos estruturantes do serviço (Eu Comigo, Eu com o Outro e Eu com a Cidade) adequada à realidade local.

Pontos Fracos

- Há municípios em que o SCFV não está sendo executado de forma adequada, com ausência de grupos ou existência apenas de atividades

esporádicas.

- Falta de participação do técnico de referência do CRAS no planejamento, supervisão e capacitação dos orientadores, prejudicando a referência e contrarreferência.
- Fragilidade no referenciamento pelo CRAS e ausência de encaminhamentos formais entre equipamentos.
- Dificuldade das equipes em descrever o serviço, indicando lacunas na formação e no entendimento das normativas.
- Ausência de atividades com famílias, o que compromete a integralidade e o caráter preventivo da proteção social.
- Utilização de estagiários em funções administrativas, o que reduz o suporte necessário para organização e acompanhamento da rotina do equipamento.

Em síntese, o SCFV na Regional de Vilhena apresenta potencial de fortalecimento, especialmente diante das boas práticas observadas, mas ainda enfrenta desafios para consolidar uma oferta contínua, articulada e planejada na rede pública. A execução do SCFV apresenta grande diversidade entre os municípios avaliados. Alguns equipamentos possuem grupos organizados, planejamento regular e acompanhamento do técnico de referência; outros, porém, operam sem vínculo efetivo com o CRAS, com ausência de grupos e dificuldades para descrever a execução do serviço. Em algumas localidades, há fragilização do referenciamento, comprometendo a lógica de proteção articulada. Também foram observadas iniciativas positivas como atividades esportivas, participação comunitária e ações com famílias, ainda que não universalizadas.

3. Proteção Social Especial (PSE) de Média Complexidade.

A proteção social especial no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) encontra no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) sua principal porta de entrada. O CREAS é a unidade pública estatal responsável pela organização e coordenação da rede socioassistencial de proteção especial em cada território, assumindo papel estratégico no fortalecimento do SUAS. Seu funcionamento adequado é condição essencial para que as ações da política alcancem efetividade, garantindo a prevenção de riscos sociais, a promoção do acesso a direitos e a preservação da convivência familiar e comunitária.

3.1 Estrutura Física

Os CREAS avaliados apresentam grande variação quanto à adequação física e estrutural. Enquanto alguns equipamentos dispõem de salas amplas, recepção equipada, acessibilidade parcial e materiais informativos organizados, outros enfrentam limitações significativas, como funcionamento abaixo do mínimo estabelecido, salas insuficientes para atendimentos individuais e coletivos e ausência de acessibilidade. Também foram observadas diferenças na organização visual e informativa dos espaços, com alguns CREAS possuindo murais, mapas e materiais de orientação ao usuário, enquanto outros não apresentam esses elementos, o que reduz a visibilidade da rede socioassistencial.

Na Proteção Social Especial, a análise das condições estruturais dos CREAS da Regional de Vilhena evidenciou o seguinte cenário: 33,33% irregular e 66,66% regular. O que indica que os equipamentos apresentam estrutura minimamente adequada ao atendimento aos usuários na maior parte dos equipamentos, entretanto ainda há lacunas significativas na oferta que prejudicam a capacidade de resposta institucional em algumas localidades.

Abaixo a representação gráfica dos indicadores da regional:

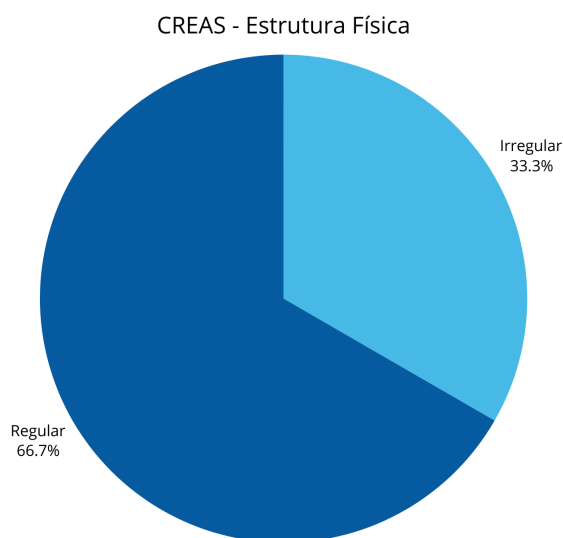


Gráfico 8

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

Pontos Fortes

- Em alguns CREAS, há recepção estruturada, uso de sistema próprio integrado de dados e salas amplas que permitem atendimento individual e realização de grupos.

- Equipamentos com salas climatizadas, materiais informativos, almoxarifado, área externa e espaços específicos para coordenação e equipe técnica contribuem para uma boa organização do cotidiano de trabalho.
- Existência de equipamentos e materiais pedagógicos, culturais e esportivos que possibilitam práticas diversificadas, fortalecendo o caráter socioassistencial.

Pontos Fracos

- Funcionamento inferior às 08 horas diárias em alguns CREAS, o que reduz a capacidade de execução dos serviços, especialmente o PAEFI.
- Ausência de acessibilidade em parte significativa dos equipamentos, incluindo banheiros, entradas e circulação interna, comprometendo o atendimento de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.
- Quantidade insuficiente de salas para atendimentos individuais, resultando no compartilhamento de espaços entre atividades administrativas e atendimentos socioassistenciais.
- Ausência de mapas informativos, murais e sinalização interna em alguns equipamentos, dificultando o acesso às informações da rede SUAS.
- Recepção ausente ou instalada junto ao espaço administrativo em alguns equipamentos, dificultando o fluxo de entrada, registro e acolhimento dos usuários.

Em síntese, a maior parte dos CREAS da Regional de Vilhena apresentam condições adequadas para prestação do serviço, devendo investir na melhoria da acessibilidade, organização das informações, estruturas adequadas para atendimento, para elevar os indicadores regionais quanto à estrutura física e material.

3.2 Recursos Humanos

A composição das equipes dos CREAS apresenta desigualdades importantes entre os municípios. Há casos de equipes completas ou quase completas e outros com lacunas significativas, como ausência de advogado(a), número insuficiente de técnicos, presença de estagiário ocupando função administrativa e fragilização do quadro de abordagem.

No tocante aos recursos humanos, verificou-se que todos CREAS analisados apresentavam a seguinte classificação: 33,33% irregular e 66,7% insuficiente, o que demonstra a necessidade de fortalecer os recursos humanos com quantitativo

mínimo de profissionais e investimento em qualificação ainda em parte significativa da regional.

Abaixo a representação gráfica dos indicadores da regional:

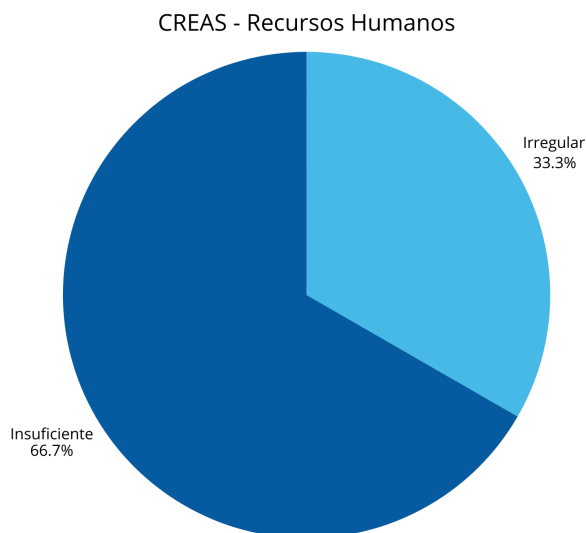


Gráfico 9

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

Pontos Fortes

- Em alguns municípios, os CREAS contam com equipe mínima para funcionamento regular, incluindo coordenação, psicólogo e assistente social.
- A presença de auxiliar administrativo, ainda que estagiário em alguns casos, contribui para a organização cotidiana das rotinas do equipamento.

Pontos Fracos

- Ausência de advogado(a) em vários municípios, contrariando o previsto na NOB-RH/SUAS e comprometendo a orientação jurídico-social às famílias e indivíduos acompanhados.
- Equipes incompletas para abordagem social, o que limita ações externas e respostas a situações de violação de direitos.
- Necessidade de ampliação do quantitativo de profissionais de nível médio e superior para atender às demandas específicas de serviços especializados.

Em conclusão, a análise dos recursos humanos dos CREAS da Regional de Vilhena revela que em parte dos municípios há uma sobrecarga da equipe, o que não apenas reduz a qualidade dos atendimentos, mas também ameaça a sustentabilidade das ações no médio e longo prazo. Assim, torna-se imprescindível o fortalecimento da política de gestão do trabalho no SUAS, com foco em planejamento de pessoal, valorização profissional e educação permanente, assegurando condições dignas de trabalho e uma oferta qualificada dos serviços socioassistenciais.

3.3 Serviços

3.3.1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAEFI)

O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) é uma oferta tipificada no âmbito do SUAS que integra o trabalho desenvolvido nos CREAS. Seu objetivo é prestar apoio, orientação e acompanhamento especializado a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados. O serviço atua de forma articulada com a rede socioassistencial e demais políticas públicas, buscando restaurar vínculos familiares e comunitários e promover o fortalecimento da autonomia e proteção social dos usuários.

No monitoramento realizado na regional de Vilhena evidenciou a seguinte classificação: 25% suficiente e 75% regular. Abaixo a representação gráfica dos indicadores da regional:

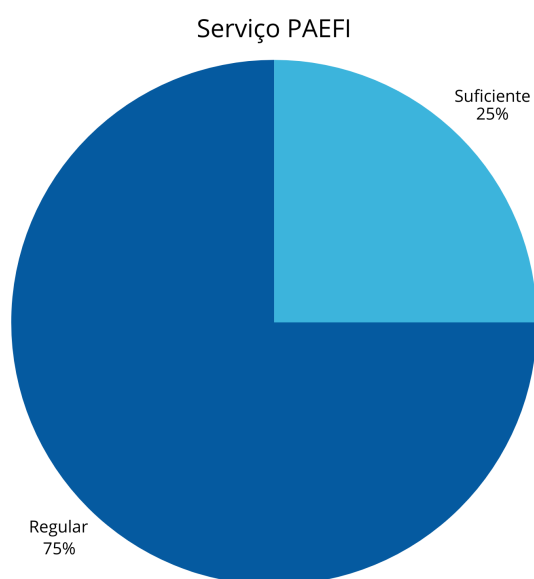


Gráfico 10

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

Pontos Fortes

- Em alguns municípios, o PAEFI demonstra regularidade recente, com realização de acolhimentos, grupos e atividades de fortalecimento da autonomia.
- A existência de ações coletivas, como palestras e rodas de conversa, contribui para ampliar o alcance do serviço e fortalecer vínculos com a comunidade.
- Há equipes com experiência na condução de grupos, oferecendo suporte técnico às famílias acompanhadas.

Pontos Fracos

- Não realização do Plano de Acompanhamento Familiar (PAF) em alguns CREAS, comprometendo a sistematização do atendimento e o registro da trajetória das famílias.
- Jornada inferior às 08 horas diárias, reduzindo a capacidade de atender às famílias de forma adequada.
- Ausência de palestras, grupos temáticos e acompanhamento de descumprimento de condicionalidades do PBF com violação de direitos em determinados municípios.
- Baixa participação das equipes em ações intersetoriais do Sistema de Garantia de Direitos.
- Concentração do atendimento em grupos específicos, como crianças e idosos, deixando lacunas no atendimento a adultos, migrantes, pessoas LGBTQIA+ e povos tradicionais.

De modo geral, a execução do PAEFI apresenta diferenças importantes entre os municípios. Em alguns, o serviço foi recentemente regularizado após períodos de redução na carga horária, passando a ofertar acolhimento, apoio, orientação e a realização de grupos. Contudo, há fragilidades importantes relacionadas à não realização de ações voltadas a públicos historicamente vulnerabilizados indicando lacunas temáticas no planejamento. Em outros municípios, a redução da jornada de

trabalho provoca prejuízos mais expressivos na execução do serviço, como ausência de PAF e falta de acompanhamento dos descumprimento de condicionalidades do PBF com violação de direitos, além da pouca participação intersetorial, especialmente com o Sistema de Garantia de Direitos. Há também concentração das ações em faixas etárias específicas, como crianças, adolescentes e idosos, deixando de lado demandas de adultos e grupos minorizados.

3.3.2. Serviço de Proteção social a Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

O Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) é uma oferta da Proteção Social Especial de Média Complexidade executada no âmbito dos CREAS. Seu objetivo é acompanhar e apoiar adolescentes em cumprimento de medidas determinadas pelo Judiciário, promovendo o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, a responsabilização pelos atos cometidos e a construção de novos projetos de vida. O serviço busca assegurar o acompanhamento técnico sistemático, o acesso a políticas públicas e oportunidades de inserção social, educativa e profissional.

Na regional de Vilhena, os dados do monitoramento indicaram que 66,66% dos serviços avaliados foram classificados 66,7% como regular e 33,3% como superior, refletindo um cenário de boa execução do serviço no território da regional.

Abaixo a representação gráfica dos indicadores da regional:

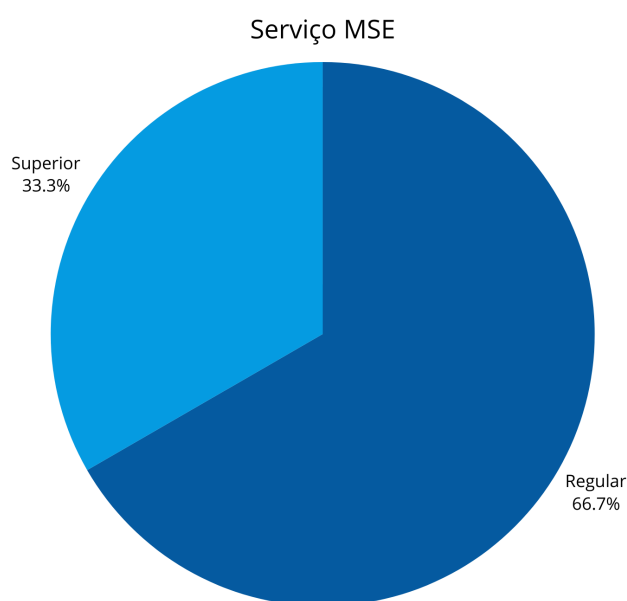


Gráfico 11

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

Pontos Fortes

- Verificou-se que o serviço está sendo executado de forma satisfatória, com os adolescentes sendo acompanhados regularmente pela equipe técnica durante a prestação de serviços à comunidade.
- Inclusão de adolescentes em atividades comunitárias com potencialidades socioeducativas.
- Boa articulação com o sistema garantia de direitos (SGD).

Pontos Fracos

- Falta de uma equipe dedicada exclusivamente para o acompanhamento e execução dos serviços, o que sobrecarrega os profissionais do PAEFI e limita o alcance do trabalho.
- Dificuldade de articulação com a rede de serviços para fornecer locais alternativos e adequados para a prestação dos serviços, com muitos adolescentes executando tarefas repetitivas no próprio CREAS, em projetos como jardinagem.
- Contexto de violência impactando diretamente a realização de atividades em grupo, tornando o serviço mais complexo de ser implementado de maneira coletiva.

O serviço de MSE na regional de Vilhena demonstra potencial de aprimoramento, especialmente por já apresentar experiências exitosas em parte dos municípios. O fortalecimento dessas ações contribuirá para a efetividade das medidas socioeducativas e para o cumprimento do papel protetivo e socioeducativo do serviço, ampliando as oportunidades de ressocialização e reinserção social dos adolescentes acompanhados.

3.3.3. Serviço de Proteção Social Especial a Pessoas com Deficiência e Idosas (PSE/PCDIF).

O Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias (PSE/PCDIF) tem como finalidade prevenir a violação de direitos, reduzir situações de isolamento e promover a autonomia, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida desse público. Ele integra a Proteção Social Especial de Média Complexidade e é executado no âmbito dos CREAS ou em equipamentos específicos como o Centro-Dia. O serviço busca oferecer apoio e acompanhamento especializado às pessoas com deficiência e idosas em situação de vulnerabilidade, bem como a suas famílias, garantindo o acesso a direitos e o fortalecimento dos vínculos comunitários e familiares. Na regional de Vilhena, o monitoramento identificou que os serviços prestados estavam: 50% regular e 50% irregular.

Abaixo a representação gráfica dos indicadores da regional:

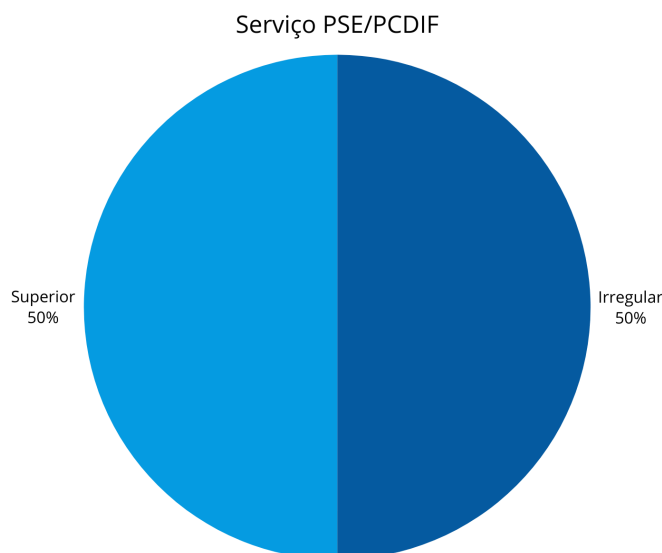


Gráfico 12

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

Pontos Fortes

- As demandas são atendidas de forma parcial em alguns municípios por meio de ações vinculadas ao PAEFI, o que não configura uma descobertura total do serviço.

Pontos Fracos

- Serviço não ofertado de forma regular e sem cobertura em determinados municípios, evidenciando lacunas estruturais e organizacionais.
- Ausência de articulação efetiva com a rede de serviços para encaminhamentos e inclusão social dos usuários com deficiência e idosos.
- Falta de acompanhamento contínuo e específico para as pessoas com deficiência e idosos, o que compromete a qualidade do serviço.
- Inexistência de planejamento estruturado para a execução do serviço: a ausência de um plano de ação específico tem comprometido a continuidade e a qualidade das ofertas, resultando em atuação desorganizada e pouco direcionada.
- Pouca articulação entre CREAS e Centro-Dia: em unidades onde o serviço é ofertado por meio do Centro-Dia, observa-se baixa integração com a equipe de referência do CREAS, o que enfraquece a atenção integral e o acompanhamento familiar.

A análise evidencia que o PSE/PCDIF na regional de Vilhena apresenta um funcionamento ainda incipiente em grande parte das unidades, carecendo de fortalecimento institucional e técnico. O avanço na efetividade do serviço depende da implementação de um planejamento estruturado, da definição clara de papéis na equipe e do aprimoramento da articulação intersetorial e intrarrede. A consolidação desses elementos é fundamental para que o serviço alcance seu propósito de garantir proteção integral, autonomia e dignidade às pessoas com deficiência e idosos acompanhadas pela rede socioassistencial.

3.3.4. Serviço Especializado em Abordagem Social.

O Serviço Especializado em Abordagem Social tem como objetivo identificar e acompanhar pessoas e famílias em situação de rua ou em contextos de violação de direitos nos espaços públicos, estabelecendo vínculos de confiança, escuta qualificada e encaminhamentos necessários para inclusão na rede socioassistencial e demais políticas públicas. Trata-se de um serviço essencial da Proteção Social Especial de Média Complexidade, responsável por garantir o acesso a direitos básicos, promover a proteção social proativa e contribuir para a superação de situações de risco e exclusão social.

Na regional de Vilhena, o monitoramento indicou que todas as unidades foram classificadas como “irregulares”, o que sugere atenção para as gestões municipais para que possam investir nas equipes responsáveis pelo serviço.

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

Pontos Fortes

- Mesmo que de forma esporádica com foco na população em situação de rua.
- Identificação de casos de adicção e situações de rua, com ações pontuais de orientação e encaminhamento para outros serviços.

Pontos Fracos

- A execução realizada apenas uma vez por semana ou a cada 15 dias impede um atendimento contínuo e regular.
- Falta de articulação intersetorial, com foco exclusivo na população em situação de rua e casos de adicção, deixando de abordar outras situações de violação de direitos, como trabalho infantil e violência contra crianças e adolescentes.
- Sobrecarregamento da equipe, que também é responsável pela execução do PAEFI e do serviço de Medida Socioeducativa.

O Serviço Especializado de Abordagem Social apresenta uma grande fragilidade no que diz respeito à articulação intersetorial e à frequência de execução. Embora seja realizado com foco na população em situação de rua, a falta de planejamento e a sobrecarga da equipe que executa outras funções no CREAS limitam o alcance desse serviço. Além disso, a abordagem não tem sido realizada de maneira abrangente, focando apenas em situações de população de rua, sem atenção a outras situações de violação de direitos, como a exploração sexual infantil e trabalho análogo à escravidão e outros.

3.3.5. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

O Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua integra a Proteção Social Especial de Média Complexidade e tem como finalidade garantir atenção e acompanhamento especializados a indivíduos e famílias em situação de rua, promovendo o acesso a direitos, fortalecimento de vínculos e reconstrução de trajetórias de vida com dignidade. Esse serviço deve ofertar acolhimento diurno, espaços para higiene pessoal, alimentação, guarda de pertences e encaminhamentos para as demais políticas públicas, atuando de forma articulada para promover a inclusão social e reduzir as vulnerabilidades extremas vivenciadas

por esse público. Na regional de Vilhena, o monitoramento apontou que todas as unidades foram classificadas como “regular”.

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

Pontos Fortes

- Ações de orientação para o convívio familiar e social, com encaminhamentos para o CadÚnico e serviços de saúde.
- Oferta de alimentação e encaminhamentos para outros serviços como apoio social e acessibilidade à documentação pessoal.

Pontos Fracos

- Infraestrutura inadequada para atender pessoas em situação de rua, sem espaço para atividades coletivas ou para a higiene pessoal e guarda de pertences.
- Limitação no referenciamento, com serviços restritos ao CREAS, sem articulação com a rede intersetorial de apoio a essa população.
- Necessidade de adequação da equipe de recursos humanos, visto que a mesma equipe também é responsável por outras funções, o que compromete a continuidade do serviço.

O Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua enfrenta desafios semelhantes ao Serviço de Abordagem Social, especialmente quanto à estrutura física inadequada do CREAS para atender essa demanda. Embora sejam realizadas algumas ações de acompanhamento e encaminhamentos para o CadÚnico, há uma clara necessidade de adequação de recursos humanos e infraestrutura para garantir o atendimento de qualidade. A falta de espaço para atividades coletivas, além de problemas com a oferta na área de higiene pessoal e o guarda de pertences, limita o escopo da oferta de serviços.

4. Proteção Social Especial (PSE) de Alta Complexidade.

A Proteção Social Especial de Alta Complexidade tem como finalidade garantir acolhimento e proteção integral a indivíduos e famílias que se encontram temporariamente afastados do convívio familiar e comunitário, em razão de situações de abandono, violência, negligência e violação de direitos. No âmbito da regional de Vilhena, essa modalidade abrange diferentes tipologias de serviços de acolhimento institucional, voltados a crianças e adolescentes, idosos, mulheres em

situação de violência. Esses serviços buscam assegurar abrigo seguro, atendimento humanizado e acompanhamento técnico que favorece a reconstrução dos vínculos familiares e a reintegração social dos usuários.

A seguir, serão apresentados os dados do monitoramento da proteção social especial de alta complexidade na regional de Vilhena, contemplando as condições de oferta, estrutura física, composição das equipes e qualidade dos serviços prestados nas unidades de acolhimento, de modo a evidenciar os avanços, desafios e pontos que requerem fortalecimento para assegurar a efetividade da política de assistência social nesse nível de proteção.

4.1 Estrutura Física.

A análise da estrutura física das unidades de acolhimento da regional de Vilhena considerou, de forma agregada, os serviços voltados a crianças e adolescentes, mulheres em situação de violência e pessoas idosas. Essa agregação permitiu uma visão mais abrangente sobre as condições de funcionamento e adequação dos espaços às exigências da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, que pressupõe ambientes acolhedores, seguros e capazes de garantir privacidade, acessibilidade e condições dignas de permanência aos usuários. Durante as visitas, obteve-se os dados de que 55,6% das unidades de acolhimento eram regulares, 22,2% eram irregulares e 22,2% eram insuficientes. Para facilitar a visualização das avaliações, as ilustramos no gráfico abaixo:

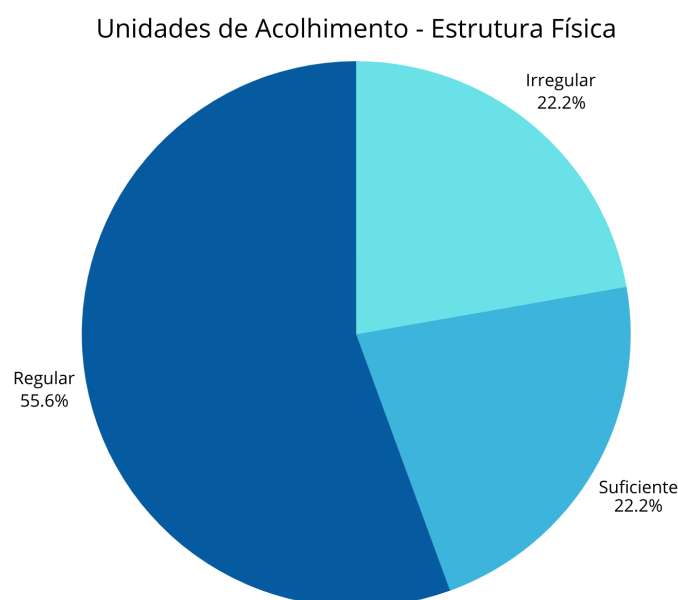


Gráfico 13

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Pontos Fortes

- Espaço amplo e adequado, com áreas externas e recursos para as atividades dos acolhidos.
- Climatização de ambientes, proporcionando maior conforto para os acolhidos e a equipe.
- Presença de veículo próprio, que facilita a mobilidade para atividades externas.

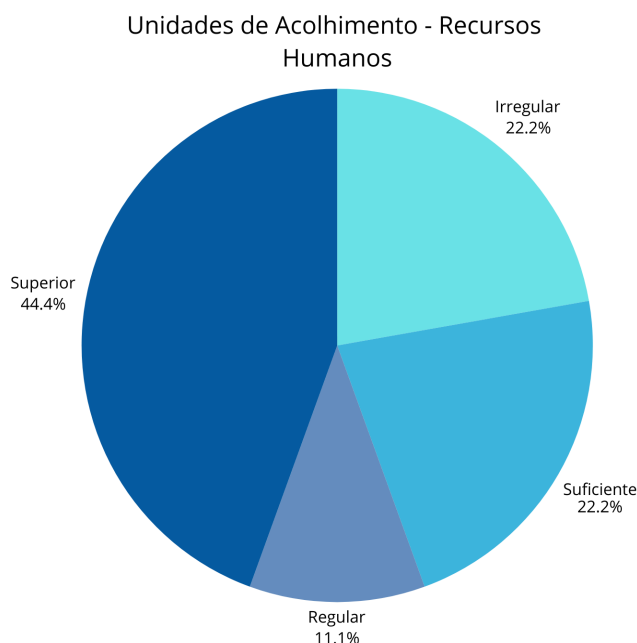
Pontos Fracos

- Grades nas janelas, o que afeta a autonomia dos acolhidos e descaracteriza o ambiente de acolhimento.
- Necessidade de adequação à acessibilidade, especialmente em banheiros e espaços comuns.
- Falta de espaço específico para descanso dos cuidadores, o que pode afetar a qualidade do atendimento.

As unidades de acolhimento institucional para crianças e adolescentes apresentam em sua maioria uma estrutura física adequada, com espaços amplos e bem equipados, incluindo áreas de convivência, quartos, cozinha e espaços externos. No entanto, há algumas questões estruturais que impactam a qualidade do ambiente, como a presença de grades nas janelas, que descaracterizam o espaço como um lar acolhedor, e a divisão do espaço de refeições, que separa meninos e meninas, prejudicando a socialização entre os acolhidos. A acessibilidade também é um ponto crítico em algumas unidades, com a falta de adaptações adequadas, como banheiros acessíveis e espaços de descanso adequados para a equipe de cuidadores.

4.2 Recursos Humanos

No que se refere aos recursos humanos das unidades de acolhimento da regional de Vilhena, o monitoramento revelou um quadro de regularidade, com locais pontuais onde perpetua certa fragilidade, especialmente no que diz respeito à composição e ao dimensionamento das equipes. Também foram constatados que cerca de 44,4% possuíam um quadro de recursos humanos de qualidade superior, 22,2% de irregular, 22,2% suficiente e 11,1% regular, como mostrado no gráfico:

**Gráfico 14**

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dentre as principais características identificadas na rede da regional, temos:

Pontos Fortes

- Equipe técnica qualificada e frequentemente superior ao recomendado, o que garante maior expertise no atendimento.
- Atuação em várias frentes, com a mesma equipe trabalhando em diferentes unidades, ampliando a experiência e o alcance do trabalho.

Pontos Fracos

- Falta de auxiliares de cuidadores, o que pode sobrecarregar os cuidadores e afetar o atendimento constante aos acolhidos.
- Ausência de assistentes sociais em algumas unidades, comprometendo o acompanhamento adequado dos acolhidos e suas famílias.
- Sobrecarga de trabalho da equipe técnica, que divide seu tempo entre várias unidades e serviços, o que pode prejudicar a continuidade e a qualidade do atendimento.

A maior parte das unidades apresenta um número adequado de profissionais, frequentemente superando o recomendado pela normativa NOB-RH/SUAS. A equipe técnica, muitas vezes, atua de forma multifuncional, possuem experiência e

conhecimento dos procedimentos técnicos normativos. No entanto, a ausência de auxiliares de cuidadores em algumas unidades e a falta de assistentes sociais em outras comprometem a execução plena de algumas atividades, especialmente no que diz respeito ao acompanhamento individualizado e à reintegração social dos acolhidos.

4.3 Serviços de Acolhimento Institucional

O Serviço de Acolhimento Institucional na regional de Vilhena, apesar dos desafios estruturais relacionados à composição das equipes e às condições físicas das unidades, apresentou desempenho geral considerado satisfatório no monitoramento realizado. Do total das unidades monitoradas, 55,6% foram classificadas como suficientes, 33,33% regular e 11,11% superior, evidenciando avanços importantes na consolidação da oferta, mesmo diante de limitações operacionais. Os resultados indicam o comprometimento das equipes na manutenção dos serviços, ainda que persistam pontos que requerem atenção e aprimoramento para assegurar o atendimento humanizado e o cumprimento integral dos objetivos da alta complexidade.

Abaixo a representação gráfica dos indicadores da regional:

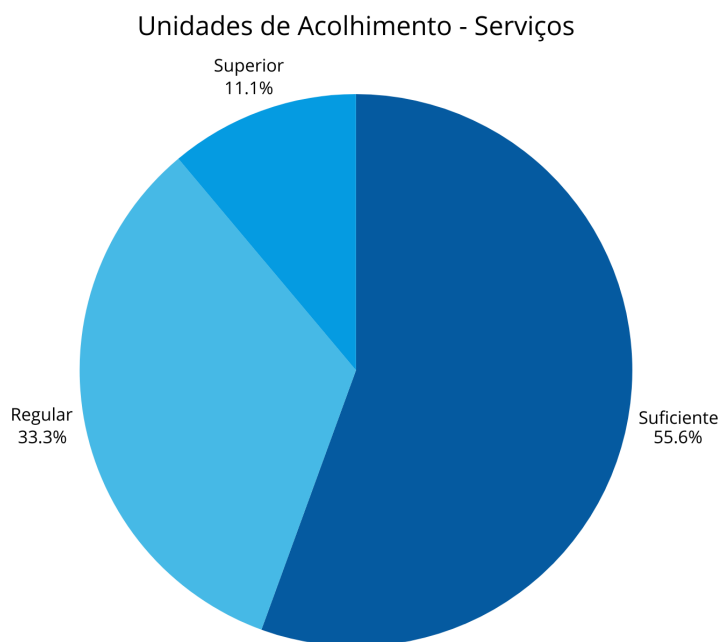


Gráfico 15

Fonte: Vigilância Socioassistencial

A análise dos pontos de força e fragilidade do serviço de acolhimento institucional serão apresentados pelos segmentos em que as unidades se organizam: Crianças e Adolescentes, Mulheres e Idosos.

4.3.1. Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes.

- **Pontos Fortes:** O serviço apresenta, em geral, boa execução, com fluxos organizados de acolhimento e rotina estruturada para receber crianças e adolescentes, garantindo orientações e cuidados desde a chegada. Em diversas unidades há registros sistematizados em prontuários ou pastas individualizadas que subsidiam relatórios destinados ao sistema de justiça e outras instituições parceiras. Observa-se também a efetiva manutenção de vínculos familiares, por meio de visitas ou contato ativo com familiares, além de atendimentos individualizados, em grupo e com as famílias ocorrendo de forma regular. Há articulação com a rede intersetorial, especialmente com educação e saúde, e registro de acolhimentos de perfis diversos, incluindo imigrantes, pessoas com deficiência, adolescentes em medida socioeducativa, casos de violência sexual e populações indígenas.
- **Pontos Fracos:** Algumas unidades ainda enfrentam limitações importantes relacionadas ao uso e disponibilidade de prontuários, devido a ausência de impressão e fornecimento pelo ente gestor, o que compromete a padronização documental. Há casos em que a unidade não está cadastrada no Conselho Municipal, o que fragiliza a institucionalidade do serviço. Também foram identificadas lacunas na oferta de atendimentos psicossociais, tanto individuais quanto familiares, bem como a ausência de atividades de autonomia e integração comunitária. Em uma das unidades, a presença de apenas um acolhido, com transtorno psíquico, levou à adoção de medidas excepcionais, como contratação de guardas e instalação de grades nas janelas, gerando ambiente pouco adequado ao acolhimento e afetando processos de autonomia e convivência. Retornos de acolhidos após reinserção familiar também foram relatados, indicando desafios de reintegração social.

Pontos de atenção:

- Atenção ao princípio da excepcionalidade do afastamento do convívio familiar e à provisoriedade da medida protetiva, garantindo o retorno ao convívio familiar sempre que possível.
- Ampliar a atuação da equipe técnica, indo além da produção de relatórios e do cumprimento de exigências administrativas, fortalecendo o planejamento,

o acompanhamento do serviço e a atuação conjunta com os cuidadores.

- Reforçar o papel socioafetivo do cuidador, evitando a confusão de funções com os auxiliares e valorizando o trabalho voltado ao cuidado humanizado e à convivência cotidiana.
- Fortalecer a educação permanente nos serviços de acolhimento é um ponto estratégico para o desenvolvimento da rede.

4.3.2. Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos;

- **Pontos Fortes:** O serviço apresenta organização consistente, com equipe técnica dedicada e infraestrutura adequada para atender às necessidades dos idosos. Há contato regular com familiares, participação da família em ações na unidade e realização de atividades de convívio social, lazer e práticas comunitárias. Também se observam iniciativas que estimulam a autonomia dos acolhidos, favorecendo vínculos internos e bem-estar cotidiano.
- **Pontos Fracos:** Apesar da boa execução, ainda não são desenvolvidas ações sistemáticas de prevenção da ruptura de vínculos familiares ou de enfrentamento de práticas discriminatórias entre os acolhidos. Além disso, não têm sido conduzidos estudos com foco na possível reintegração familiar ou retorno ao convívio da comunidade, o que limita alternativas para além da permanência contínua no acolhimento.

Pontos de Atenção:

- Garantir que o atendimento preserve o aspecto socioassistencial do serviço, sem restringir-se às práticas orientadas pela política de saúde.
- Fortalecer o trabalho sociofamiliar, mesmo em casos de vínculos familiares fragilizados, buscando estratégias de reaproximação e convivência quando possível.

4.3.3. Serviço de Acolhimento à Mulher Vítima de Violência;

- **Pontos Fortes:** O serviço apresenta boa execução, com espaço adequado e condizente com as normativas, proporcionando acolhimento seguro e sigiloso para mulheres em situação de violência. As ações incluem acompanhamentos psicossociais individuais e coletivos, além de apoio à

continuidade dos estudos e encaminhamentos para projetos voltados ao fortalecimento da autonomia emocional e financeira. O ambiente preserva o sigilo da localização da unidade, oferecendo proteção às acolhidas.

- **Pontos Fracos:** Por questões de segurança e confidencialidade, não são realizadas visitas familiares, o que limita, quando pertinente, processos de reconstrução de vínculos. A ausência dessa dimensão pode restringir iniciativas voltadas à reintegração social e ao fortalecimento da rede afetiva das acolhidas, especialmente em casos onde o convívio com pessoas de confiança é desejável e seguro.

Ponto de atenção:

- Ampliar a articulação com projetos de inserção social produtiva e geração de autonomia, promovendo a reconstrução de trajetórias e a independência das usuárias após o período de acolhimento.

4.3.4. Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias;

- Não há cobertura deste serviço nos municípios da regional.

Os serviços de acolhimento institucional analisados revelam um conjunto de práticas consolidadas e alinhadas à proteção social especial, com rotinas estruturadas, manutenção de vínculos familiares, articulação intersetorial e atenção às especificidades dos diferentes públicos: crianças e adolescentes, idosos e mulheres em situação de violência. A execução cotidiana demonstra capacidade técnica e compromisso com o cuidado, sobretudo por meio de atendimentos psicossociais, ações de autonomia e acompanhamento individualizado. Entretanto, ainda persistem desafios relacionados à padronização documental, à institucionalidade dos serviços, à oferta universalizada de atendimentos psicossociais, à reintegração familiar e à adequação de procedimentos realizados em contextos mais complexos. Esses aspectos indicam a necessidade de fortalecimento continuado da gestão, da articulação com a rede e da estruturação de estratégias que ampliem as condições de proteção integral, autonomia e reconstrução de vínculos, assegurando um acolhimento cada vez mais alinhado às normativas e às necessidades dos usuários.

5. Considerações finais.

O Monitoramento da Regional de Vilhena evidencia que os municípios vêm mantendo esforços contínuos para a consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), abrangendo tanto a proteção social básica quanto a especial. Verifica-se, contudo, que persistem desafios estruturais e operacionais relevantes, especialmente no que se refere à adequação física das unidades, à composição das equipes técnicas e ao fortalecimento das ações intersetoriais e dos processos inerentes aos serviços socioassistenciais. Ainda assim, identificam-se avanços graduais na organização dos serviços e na incorporação de práticas de gestão voltadas ao planejamento, monitoramento e avaliação das ações socioassistenciais.

Torna-se essencial, nesse contexto, investir no fortalecimento da rede existente, assegurando condições estruturais, materiais e humanas adequadas para a execução dos serviços. O comprometimento da gestão, coordenação e equipes técnicas é fator decisivo para elevar os indicadores, qualificar o atendimento e consolidar práticas de trabalho alinhadas aos princípios e diretrizes da política de assistência social. De forma geral, o monitoramento evidencia uma rede em processo de consolidação, mas que ainda demanda investimentos estruturais, fortalecimento da força de trabalho e aprimoramento da capacidade de gestão. O enfrentamento desses desafios é condição essencial para garantir maior efetividade na execução dos serviços, ampliar o alcance das ações e assegurar o cumprimento dos princípios de universalidade, equidade e integralidade que orientam a política de assistência social.